

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O imbróglio da CPI do INSS

Embora o escândalo do INSS seja considerado o melhor flanco para desgastar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os oposicionistas não conseguem se entender sobre a estratégia mais adequada. Na Câmara, os parlamentares do próprio PL não querem retirar os pedidos de CPI que estão na fila para dar prioridade à do INSS. No Congresso, embora tenham as assinaturas para uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), os adversários de Lula estão com medo de apresentar o pedido e, até a leitura em plenário, o governo conseguir retirar os apoios ao documento.

Até breve

Diante dos empecilhos para abrir a investigação imediatamente, a ideia é esperar que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), volte da viagem à Rússia e à China para formalizar o pedido de CPMI. E, consequentemente, pressioná-lo a convocar uma sessão do Congresso para a leitura.

Planos para março

A contar pela conversa dos políticos no evento do Lide Brasília com Ciro Nogueira, sair do governo é algo para março de 2026, quando a lei eleitoral determina que os candidatos se afastem de cargos executivos. Nesse cenário de indefinição, em que a única certeza é a dificuldade de Bolsonaro ser candidato, ninguém fará movimentos muito incisivos antes da hora.

Jogo em curso

Ao deixar vaziar que o deputado Guilherme Boulos, do PSol paulista, pode ser ministro da Secretaria Geral da Presidência, Lula manda um recado ao centrão: se quiserem sair, vou trabalhar com os meus. Só tem um probleminha: Lula venceu em 2022 com o apoio do centro. Se esnoabar a turma de partidos, como União Brasil, PP, MDB, PSD, arrisca estreitar sua faixa eleitoral.

Ciro exclui candidatura de Jair Bolsonaro

Convidado especial do almoço palestra do grupo Líderes Empresariais (Lide) Brasília, o presidente do Progressistas, senador Ciro Nogueira (PI), deixou claro que embora Jair Bolsonaro diga, dia e noite, que é candidato ao Planalto, os maiores aliados já não consideram possível que o ex-presidente conquiste o direito de concorrer — e trabalhem com a realidade. “Temos vários nomes à direita que podemos escolher. Obviamente, o presidente Jair Bolsonaro terá papel decisivo nessa escolha. Vamos ter que unificar”, avaliou, citando nomes como de Ronaldo Caiado (União Brasil), governador de Goiás e que surge entre os pré-candidatos da federação União Progressista.

Cálculos políticos/ O senador não mencionou, mas empresários e políticos da plateia comentavam nos bastidores que se Bolsonaro decidir escolher um dos seus filhos ou a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, a tendência é uma divisão da direita. Seriam apresentados dois candidatos: um de sobrenome Bolsonaro e outro mais afeito aos partidos de centro.



Assim não dá

O empresariado não esconde um certo desconforto com a obstrução promovida pelo PL na Câmara e no Senado. Não dá para parar tudo em protesto por causa da não tramitação do projeto que anistia os envolvidos no 8 de Janeiro.

CURTIDAS

Melhor evitar/ Por mais que o PL prometa que a passeata de hoje será pacífica, os parlamentares da legenda estão pedindo que a ex-primeira-dama Michelle segure Bolsonaro em casa. O ex-presidente quer ir ao encontro, mas a recomendação médica é de descanso e resguardo, para evitar infecções ou complicações. Por isso, muitos parlamentares acreditam na ausência do casal no evento.

Momento tenso/ O deputado Luiz Lima (Novo-RJ) atrapalhou a fala da deputada Natália Bonavides (PT-RN) no Conselho de Ética, que julgava a suspensão do deputado Gilvan da Federal (PL-ES). Para tentar tirar o clima ruim entre eles, Lima se aproximou para pedir desculpas e argumentou que a interrupção tinha sido para reclamar da falta de defesa da esquerda a Michelle Bolsonaro quando foi ofendida pelo deputado André Janones (Avante-MG). A deputada disse à coluna que ele a interrompeu em público, mas pediu desculpas em particular.

Eles vão se dividir/ Calma, pessoal, só para atender as agendas. Enquanto Alcolumbre segue para a Rússia e a China com Lula, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), vai a Nova York para abertura da 14ª edição do Lide Brazil Investment Forum, ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, e outras autoridades.

NY verde e amarelo/ O evento é um dos destaques da “Brazilian week”, que reunirá vários brasileiros em Manhattan. Brasília marcará presença no Lide Brazil Investment Forum no Harvard Club, em 13 de maio, com o governador Ibaneis Rocha entre os palestrantes do painel sobre oportunidades econômicas entre os dois países. Serão, pelo menos, 10 governadores só neste encontro.

CONGRESSO

Votação do IR prevista para julho

Câmara instala comissão para discutir isenção de imposto a quem ganha até R\$ 5 mil. Lira promete entregar relatório no fim de junho

» ISRAEL MEDEIROS

Com o apoio do governo e depois de um acordo com a Presidência da Câmara, a Casa instalou, ontem, uma comissão especial que vai discutir a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Designado relator pelo presidente da comissão, Rubens Pereira Júnior (PT-MA), conforme acordo feito no início de abril, o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) prometeu que entregará seu relatório sobre o tema até 27 de junho.

A votação, segundo ele, deve ocorrer até o início do recesso parlamentar, em 16 de julho, para dar tempo aos colegas deputados de analisar a proposta e apresentar sugestões de mudança antes da pausa do meio de ano — postura que contrasta com o tratamento apressado

dado aos projetos votados durante sua gestão na Presidência da Câmara.

O acordo do atual presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), com líderes partidários é discutir os projetos nas comissões, como manda o regimento. O objetivo é dar protagonismo a um número maior de deputados na tramitação dos textos. Isso inclui, agora, o próprio Lira.

“Ninguém neste plenário, neste país é contra ou será contra a isenção para quem recebe até 5.000, intercalada com progressividade até R\$ 7 mil, com justiça tributária, com justiça social”, afirmou Lira ao assumir a cadeira de relator.

Ele ressaltou que será essencial discutir como se dará a compensação para o governo federal, para estados e municípios. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando há renúncia fiscal

por parte da União, o dinheiro em falta no “caixa” precisa ser repostado. O Ministério da Fazenda afirma que essa diferença será “paga” com a tributação de quem ganha mais, mas ainda há dúvidas de como a conta vai fechar.

Outro problema é que o lobby dessa parcela da população — inclusive alguns grupos já influentes no Congresso, como banqueiros, fazendeiros e empresários — tem cooptado deputados a aumentar os limites para quem será isento.

“Nada mais justo do que a gente conciliar justiça tributária com responsabilidade social, com responsabilidade tributária, com responsabilidade fiscal”, afirmou o ex-presidente da Câmara. Ele pontuou que já há diálogo com a Fazenda para que a pasta forneça todas as informações técnicas solicitadas pelos deputados da comissão.

“Vamos nos empenhar para sermos escravos do diálogo da construção do texto adequado para atingir o objetivo da proposição do governo do presidente Lula, que é fazer a progressão da tabela de isenção para quem ganha até R\$ 5.000 neste país, a progressividade até os R\$ 7 mil e as consequentes taxações de quem recebe mais da forma mais adequada”, frisou Lira.

Na segunda-feira, o governo retirou o pedido de tramitação em regime de urgência para o texto, respeitando o acordo feito com Hugo Motta de apoiar a discussão na comissão especial. O presidente, inclusive, se manifestou antes da instalação do colegiado. Disse ter certeza de que a Casa, com a relatoria de Lira e a presidência de Rubens Pereira Júnior na comissão, vai garantir a isenção com respeito à responsabilidade fiscal.

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Lira: “Ninguém neste plenário é contra ou será contra a isenção”

3 Quartos no bairro mais charmoso da cidade
Você não pode perder.

